

**CONTEXTO METROPOLITANO E (RE)CLASSIFICAÇÃO
URBANA: APONTAMENTOS SOBRE A CIDADE DE
LISBOA E UM BAIRRO RESIDENCIAL NA SUA
PERIFERIA**

**METROPOLITAN CONTEXT AND URBAN
RECLASSIFICATION: NOTES ABOUT LISBON CITY AND A
SUBURB**

Luís Vicente Baptista* e João Pedro Silva Nunes**

RESUMEN

En las metrópolis, las poblaciones, actividades y lugares se transforman a ritmos nunca antes vistos. Las lógicas residenciales se transforman y tienden a reconciliarse u oponerse a las lógicas cosmopolitas. Tomando como punto de partida las dinámicas geográficas y socio-urbanísticas de la ciudad de Lisboa y construyendo la génesis y la transformación de un barrio paradigmático en la periferia de la capital portuguesa (Reboleira, Amadora), este artículo busca reflejar de forma breve los procesos de reclasificación urbana y sus interacciones con los fenómenos metropolitanos.

Palabras clave: desarrollo urbano, Lisboa, Portugal, áreas urbanas, clasificación, desclasificación y recalificación urbana, dinámicas urbanas y demográficas.

ABSTRACT

In metropolis, population and activities are being transformed in a level never seen before. The logic of the residential behaviours get transformed and tend to reconcile (or to oppose) to the cosmopolitan logic ones. Taking as a starting point, the geographical and socio-urbanistics dynamics of the city of Lisbon and observing the genesis and transformation of a paradigmatic quarter of the outskirts of the Portuguese capital (Reboleira, Amadora), this article tries to reflect in a short way, the process of urban reclassification and its interaction with the metropolitan processes.

Key words: urban development, Lisbon Portugal, metropolitan area, urban classification, declassification and reclassification, urban and demographic dynamics.

*Sociólogo. Profesor en el Departamento de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales e Humanas de la Universidade Nova de Lisboa. Investigador del Forum Sociológico – Centro de Estudos (FSCE).

** Sociólogo. Doctorando en la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidade Nova de Lisboa. Becario de la Fundación para la Ciencia y Tecnología. Investigador del FSCE.

Cidade e contexto metropolitano

A metrópole apresenta-se hoje aos olhos de muitos decisores e técnicos como sinónimo da cidade que se quer competitiva. Para estes, a metrópole é o lugar de dinamização da vida social, económica e cultural.

Contudo, tal não significa que tenha ocorrido uma pura e simples substituição da cidade pela metrópole. Estamos antes perante um alargamento físico da cidade e da sua área de influência que passa a justificar um nível de enquadramento que vence os limites administrativos e que permite perscrutar as novas formas de relação cidade-campo. As diferentes realidades sócio-ecológicas persistem, só a sua interpretação exige novos conceitos.

É aí, nessa outra escala de intervenção, que a metrópole ocupa um lugar central. Ao aparecer normalmente associada à ideia de que “há espaço para todos”, competiria ao planeador arrumar as vagas dos que residem, usam e se deslocam por esta área de dimensões regionais¹.

Ora, a metrópole – que tem ela própria uma história a clarificar² – aparece frequentemente na óptica do planeador amansada da ideia de conflito, termo menos polido num contexto de inquestionabilidade da dominação da lógica de mercado, e serve para dar por encerrado o problema da cidade, fonte de reivindicação e conflito.

Todavia, esta perspectiva é colocada em causa no confronto com o facto metropolitano. É que tanto as suas populações se movem a um ritmo nunca antes visto como mesmo entre os grupos sociais, económicos e étnicos mais desfavorecidos encontramos formas de organização cívicas e políticas bem expressivas³. Existem vastas áreas das cidades que foram ficando desertas de residentes, que foram alvo de terciarização, e eis que logo outras são alvo de reconversão, de reapropriação pelos mesmos e por outros grupos sociais. E tal como a cidade, os arredores ganham formas e usos que em pouco se assemelham com a sua realidade de há 20, 30 ou 50 anos. Emerge o desafio da *metrópole plural*.

Lisboa – crescimento urbano e emergência demográfica dos concelhos limítrofes

Este fenómeno chega aos diferentes países a ritmos e com características distintas. No caso de Lisboa, a história que hoje nos parece familiar é recente. A

¹ Uma interessante análise das dinâmicas populacionais no contexto metropolitano é desenvolvida por MARTINOTTI, Guido. – “The new social morphology of cities”, *MOST-UNESCO Discussion Paper Series*, 1996, nº16, Paris.

² Cf. TOPALOV, Ch. – “De la «question sociale» aux «problèmes urbains»: les réformateurs et le peuple des métropoles au tournant du XXème siècle”, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Agosto de 1990, n.º 125, pp. 359-376; FISHMAN, Robert. - “Bourgeois Utopias: Visions of Suburbia” in FAINSTEIN, S. e CAMPBELL, S., - *Readings in Urban Theory*, Oxford: Blackwell Publishers, 1996, pp. 23-60, por exemplo.

³ Cf. BASSAND, Michel. – *Métropolisation et Inégalités Sociales*, Lausanne: Presses Universitaires et Polytechniques Romandes, 1997.

própria estrutura demográfica da cidade e dos concelhos limítrofes altera-se claramente.

Historicamente, os concelhos da margem norte do Tejo aumentam muito a sua importância populacional no conjunto da área metropolitana de Lisboa (Ilustração 1). Se em 1864 a conjugação destes concelhos não ultrapassava os 22,3% de população de Lisboa e arredores, em 1930 desce mesmo para os 17,6%, já em 1960 cresce para os 27,6%, para em 2001 se instalar nos 55,6% .



Ilustração 1.- Carta da Grande Área Metropolitana de Lisboa, entidade político-administrativa criada no quadro da Lei 10/2003 de 13 de Maio [Segundo o critério oficial, a Grande Área Metropolitana de Lisboa é formada pelos concelhos de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira. Territorialmente, este conjunto perfaz 2 962 km² e nele residem cerca de 2 milhões e seiscentos mil habitantes. Todavia, neste artigo utilizámos um critério menos abrangente, e referimo-nos a um conjunto de concelhos mais restrito: composto por Cascais, Oeiras, Sintra, Amadora, Odivelas, Loures Vila Franca de Xira e Lisboa, na margem norte; Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, na margem sul; totalizando cerca de 1 648 km², a população residente neste conjunto de concelhos ascende a 2 milhões e trezentas mil pessoas](Fonte: www.aml.pt).

A margem sul, que não deixa de crescer desde meados do século XIX até à actualidade, cresce no entanto a um ritmo muito menor, apenas duplica entre 1864 e 2001, mantendo-se numa posição subalterna.

A cidade de Lisboa, por seu lado, se domina sem rival a área envolvente, representa 66,8% de população desta área em 1864, 72,3% em 1930, 58,8% em 1960, sofre um revés nas últimas décadas reduzindo-se hoje o seu peso na área metropolitana aos 23,6%.

Quadro 1: Evolução dos volumes de população na Área Metropolitana de Lisboa (1864-2001)

Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa	Volume de População					
	1864	1900	1930	1960	1991	2001
<i>Margem Norte</i>						
Lisboa	190311	351210	591939	802230	663394	564657
Cascais	6575	9463	22932	59617	153294	170683
Oeiras	6027	10447	29440	94255	151342	162128
Sintra	20766	26074	37986	79964	260951	363749
Amadora*	-	-	-	-	181774	175872
Odivelas**	-	-	-	-	-	133847
Loures	16542	21454	29101	102124	192143	199059
Vila Franca de Xira	13622	15766	24053	40594	103571	122908
<i>Margem Sul</i>						
Almada	10192	15704	23694	70968	151783	160825
Seixal	5634	6661	10088	20470	116912	150271
Barreiro	4439	7738	21030	35088	85768	79012
Moita	4404	6350	9486	29110	65086	67449
Montijo	6325	10504	14832	30217	36038	39168
Total AML	284837	481371	814581	1364637	2162056	2389628

Fonte: Recenseamento Geral da População 1960, 1991 e 2001. Instituto Nacional de Estatística (INE).

* O Concelho da Amadora foi criado em 1979.

** O Concelho de Odivelas foi criado em 1998, a partir de territórios anteriormente afectos ao Município de Loures.

Assim se constata que a capital do país, que se apropria do Tejo como lugar poético e simbólico, a capital da concentração de gente, bens e serviços, se encontra perante o seu esgotamento territorial e funcional. Daí que os interventores públicos passem a entender a necessidade de a cidade ser pensada numa outra escala. E assim, tíbeamente, se constituiu em 1991 a Área Metropolitana de Lisboa e o seu órgão executivo, a Junta Metropolitana, com poderes que não ultrapassam as conjugação das competências dos concelhos presentes.

Outro aspecto a considerar na edificação da metrópole é a forma como o crescimento urbano e demográfico acelerado toma conta dos concelhos (e das freguesias) confinantes com o município de Lisboa, dando-lhes a particularidade das altas densidades residenciais. Os concelhos contíguos começam a ultrapassar Lisboa, atingindo com frequência densidades residenciais acima dos 1000 hab/km², que faz deles lugares de malha densa com problemas em todo semelhantes aos das maiores cidades europeias e mundiais (Quadro 2).

Quadro 2 : Ranking dos concelhos da Área Metropolitana por densidade populacional, em número de habitantes por quilometro quadrado (hb/km²), referente ao ano de 2001

Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa	Densidade populacional (hb / km ²)
Amadora	7 375,5
Lisboa	6 606,9
Odivelas	5 028,7
Oeiras	3 543,8
Barreiro	2 454,2
Almada	2 293,2
Cascais	1 764,6
Seixal	1 593,5
Moita	1 235,9
Loures	1 178,3
Sintra	1 162
Vila Franca de Xira	383,8
Montijo	115,5

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001. INE.

Descendo à análise concelhia poderemos ser mais precisos. Num nível de grandes densidades residenciais a Amadora atinge em 2001 uma densidade superior a 7 000 hb/km², ultrapassando Lisboa com 6 606 hb/km². Quer isto dizer que o corredor de expansão Lisboa-Amadora-Sintra estende-se já como *continuidade natural* da própria cidade de Lisboa, formando-se assim uma área de forte densificação, que é simultâneo a outros corredores de expansão que partem de Lisboa e se estendem ao longo da metrópole, dos quais ressalta pela sua centralidade metropolitana o eixo Lisboa-Oeiras-Cascais⁴, ou para sul o eixo Almada-Seixal-Barreiro-Moita.

Ora, o que se evidencia é que há um conjunto de concelhos centrais do contínuo metropolitano monopolizando as atenções em torno das questões urbanas dado o seu peso demográfico efectivo. Fica muitas vezes esquecida a realidade dos outros concelhos que nas imediações não param de sentir os efeitos

⁴ Cf. MATIAS FERREIRA, Vitor *et al.*. – *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Lisboa: Bizâncio, p. 125.

do que acontece nos territórios centrais e vivem a sua própria redefinição demográfica, mais lenta e menos densa.

Contexto metropolitano e reclassificação urbana: lógicas cosmopolitas, lógicas residenciais

Estas dinâmicas demográficas e urbanísticas aqui relatadas têm consequências na forma como os territórios constituintes da metrópole se renovam e como se (re)estruturam. Lógicas residenciais anteriores desagregam-se, tal como novas lógicas residenciais se estruturam. Mas de forma clara duas dinâmicas parecem concorrer, distinguindo a cidade dos utilizadores, cosmopolita, da exterioridade, do acolhimento do estrangeiro, do turista, do homem de negócios e a cidade dos residentes, na qual a diferenciação social se revela mais vincada e mais desigualitária. É sobre estas dinâmicas que atentaremos de seguida.

Lógicas cosmopolitas

A dilatação física das cidades, sem fronteiras claras nem fixas e em constante expansão, vem favorecendo o aparecimento de novos actores sociais que entram em conflito com os interesses e as dinâmicas dos grupos já instalados de residentes e utilizadores das cidades.

Processando-se vertiginosamente, esta mudança não afecta da mesma maneira nem todos os residentes nem todas as áreas da cidade, já que as alterações físicas e funcionais se produzem a ritmos e em direcções diferentes. Barcelona e Lisboa, por exemplo, tiveram nos Jogos Olímpicos e na Expo'98, respectivamente, duas grandes oportunidades para proceder à redefinição simbólica da sua expansão metropolitana, através da requalificação de determinados espaços urbanos, envelhecidos e marginais (Poble Nou em Barcelona e a faixa ribeirinha oriental em Lisboa), que se converteram em espaços emblemáticos para a criação de uma imagem de cidades cosmopolitas. Tanto os dirigentes políticos como os agentes económicos (especialmente os operadores turísticos) estão crescentemente interessados em difundir imagens das remodelações urbanísticas que reforçam o carácter pluricultural, aberto e acolhedor das suas respectivas cidades. Como assinalam Borja e Castells, as cidades são as grandes protagonistas da nossa época. A sua dinâmica surge de uma articulação complexa e multidimensional que é o resultado da confluência da acção dos governos locais, dos agentes económicos (públicos e privados), das organizações sociais e cívicas, dos sectores intelectuais e profissionais e dos meios de comunicação social⁵.

As grandes operações urbanísticas, para além das suas implicações espacialmente localizadas, geram processos de alteração de fluxos humanos e mercantis. Definem-se novas centralidades, modificam-se antigos equilíbrios entre bairros residenciais e áreas de serviços. Os antigos centros, como a Baixa

⁵ BORJA, J. e CASTELLS, M. – *Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información*, Madrid, Taurus, 1997, p. 139.

lisboeta, que eram áreas residenciais populares, são submetidos a uma pressão constante por parte desse aglomerado de operadores públicos e privados, que estão interessados em ganhar esses espaços, centrais e emblemáticos, para a consolidação de uma oferta de serviços financeiros, comerciais e hoteleiros.

Lisboa, como qualquer cidade em geral, aspira a reforçar as suas imagens de cidade hospitaleira, aberta ao mundo, capaz de oferecer todas as infra-estruturas e equipamentos necessários para torná-la apetecível enquanto sede ou sucursal de empresas transnacionais, como centro de negócios, como lugar para a celebração de congressos e convenções internacionais, como espaço crescentemente central nos circuitos de circulação do dinheiro, das ideias, das pessoas, enfim como reclamo para turistas e visitantes⁶.

Lógicas residenciais

Mas, precisamente associada a esta explosão (de exterioridade) das cidades, que procuram um lugar preciso no concerto internacional das metrópoles, dá-se também uma implosão (de interioridade), que ameaça seriamente os ritmos e os fluxos que caracterizavam a vida quotidiana dos urbanitas. Tanto as formas de percepção das mudanças, como os mecanismos de adaptação às novas situações, geram reacções críticas, insegurança e desconforto entre os residentes. Os moradores das cidades vêem-se submetidos a novas formas de convivência, resultado da presença de novos actores sociais que aparecem na cena urbana, à alteração dos espaços físicos e a novas formas urbanísticas, resultado da intervenção dos poderes públicos e privados na vida dos lugares.

Concretamente, entre os velhos residentes desenvolve-se um duplo sentimento de *perda de referentes*: de laços e de locais. Os velhos edifícios são substituídos por novos edifícios de bancos ou agências de seguros, os antigos espaços públicos, que eram lugares de encontro e de sociabilidade de rua, sucumbem perante o traçado de uma nova avenida de circulação rápida, e as tradicionais formas de relação entre os compradores de um bairro e os lojistas, padeiros, talhantes, vão declinando em favor de estilos impessoais de compra em grandes supermercados. A densidade das relações quotidianas entre os moradores dessa infinidade de microuniversos que se albergam no interior de qualquer grande cidade é agora confrontada com uma mobilidade residencial crescente e com uma tendência acelerada para a individualização e para a privacidade.

Em muitos destes lugares urbanos circunscritos, os residentes, que trabalham fora, são os que menos participam na vida quotidiana local, ao contrário de determinados actores exógenos ao bairro que aí vivem o seu dia-a-dia: comerciantes, pessoal doméstico, empregados em empresas de serviços, restaurantes, etc. Da mesma maneira, os residentes dos enclaves participam em diferente medida da vida económica e social da cidade propriamente dita ou da sua zona metropolitana; trabalham fora do seu lugar de residência, têm parentes em diferentes localidades da área metropolitana ou mesmo fora desta e desfrutam das zonas de ócio de outros lugares da cidade-metrópole.

⁶ SASSEN, Saskia. – *Global Cities*, Princeton: Princeton University Press, 1991.

Apontamentos sobre a origem e a transformação de um bairro residencial na periferia de Lisboa

Em articulação com as dimensões demográfica e urbanística presentes na constituição de Lisboa-Metrópole e com os processos de reclassificação urbana que temos vindo a apresentar, optámos por recorrer ao exemplo da freguesia da Reboleira como caso ilustrativo de certas dimensões da génese e transformação de um território suburbano de Lisboa. Por duas ordens de razões. Pelo facto de resultar de iniciativas construtivas privadas, dominantes face à quase inexistente oferta de origem pública. Pelo facto, também, de ser um caso paradigmático de uma época e de um modo de edificar: a década de sessenta e a edificação de *grands ensembles*.

A Reboleira integra a aglomeração de Lisboa, situando-se no Concelho da Amadora, uma cidade situada a Oeste da capital portuguesa. Constitui um exemplo da edificação suburbana das décadas de 60 e de 70 do século XX e frequentemente é tida como um exemplo quer de bairro residencial periférico e desqualificado, quer de *cidade-dormitório*. Constitui assim um caso adequado para ilustrar a emergência e transformação de Lisboa Metrópole, a partir dos processos de diferenciação territorial e de re-classificação urbana (Ilustração 1).

A Reboleira – génese de um subúrbio residencial

Enquanto vila situada no termo de Lisboa, a Amadora sofreu durante as primeiras décadas do século XX um forte processo de industrialização e de urbanização que se intensificou depois da electrificação da linha de caminho de ferro de Sintra em 1959. Aliás esta linha, inaugurada em 1887, cedo constituiu um factor de crescimento urbano da Amadora. Em termos administrativos, o concelho da Amadora foi criado em 1979 e foi formado quer pelo território da antiga freguesia da Amadora que, desde a sua criação em 1916, pertencia ao Concelho de Oeiras, quer em menor grau por territórios dos concelhos de Loures e de Sintra.

Adjacente à vila da Amadora encontrava-se, no final dos anos de 1950, uma extensa quinta, designada *Casal Brandão*, ladeada pelo caminho de ferro que liga Lisboa a Sintra e pela estrada militar⁷. É nesse local que hoje se situa o grande conjunto habitacional da Reboleira e onde residem cerca de 15 mil pessoas (Quadro 3).

Em 1960, sobre os terrenos rurais do *Casal Brandão* é realizado um processo de loteamento ao qual é associado um plano de urbanização, mais tarde, designado Plano da Reboleira Norte. Aí se previa a construção de edifícios de habitação com 4 pisos (rés-do-chão mais três andares) em pequenas bandas (Ilustração 2). A densidade prevista era de cerca de 140 habitantes por hectare. Em termos de equipamento, o plano e o contrato de urbanização organizavam também a edificação de um Liceu, uma Escola Primária, uma Igreja, um Mercado, um Parque Infantil e um Parque Desportivo⁸.

⁷ MARTINHO, Artur Simões. – *O concelho da Amadora: pequena história de uma longa caminhada que chega ao fim*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora, pp. 61-62.

⁸ Processo de Loteamento n.º 4/60, Arquivo da Sala de Desenho da Câmara Municipal da Amadora.

Já em 1966, e mais uma vez pela iniciativa dos proprietários dos terrenos, é realizado um novo processo de loteamento, desta feita para os terrenos situados a sul. Associado a este processo encontrava-se o Plano da Reboleira Sul.⁹ A imagem que se destaca deste plano é a de um grande conjunto habitacional, destinado a uma quantidade de habitantes muito considerável – de resto, algo sugerido na presença de torres de habitação com 7, 8, 10 ou mesmo 12 andares (Ilustração 3).

Quadro 3: Evolução comparativa da população residente no concelho de Oeiras e na freguesia da Amadora (1930-1970), e evolução comparativa da população residente no concelho da Amadora e na freguesia da Reboleira (1981-2001)

Unidades Territoriais	Anos							
	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Oeiras (Concelho)	29470	37811	53248	94255	180215	149328	151342	162128
Amadora (Freguesia)	6884	9762	18789	47355	112260	-	-	-
Amadora (Concelho)	-	-	-	-	-	163878	181774	175872
Reboleira (Freguesia)	-	-	-	-	-	16360	16809	15542

Fonte: Recenseamento Geral da População 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001. Instituto Nacional de Estatística.

Em termos de transporte, previa-se a localização de um apeadeiro junto à linha de caminho de ferro, considerado o *ponto central* da malha. Já em termos de equipamentos, a programação compreendia: duas escolas, um cine-teatro, um supermercado e um centro-comercial. A densidade de ocupação prevista era de aproximadamente 160 habitantes por hectarea.

A este plano encontrava-se associada uma conhecida empresa de construção civil que veio a edificar o conjunto e a desenvolver a promoção das habitações. O povoamento da zona sul decorreu através de um duplo negócio que essa empresa habitualmente realizava sobre os apartamentos que edificava. Num primeiro momento, a empresa promotora vendia os apartamentos, regra geral a pequenos aforradores, isto para num segundo momento assumir a gestão do parque habitacional e colocar os apartamentos no mercado de arrendamento.

⁹ Processo de Loteamento n.º 659/66, Arquivo da Sala de Desenho da Câmara Municipal da Amadora.

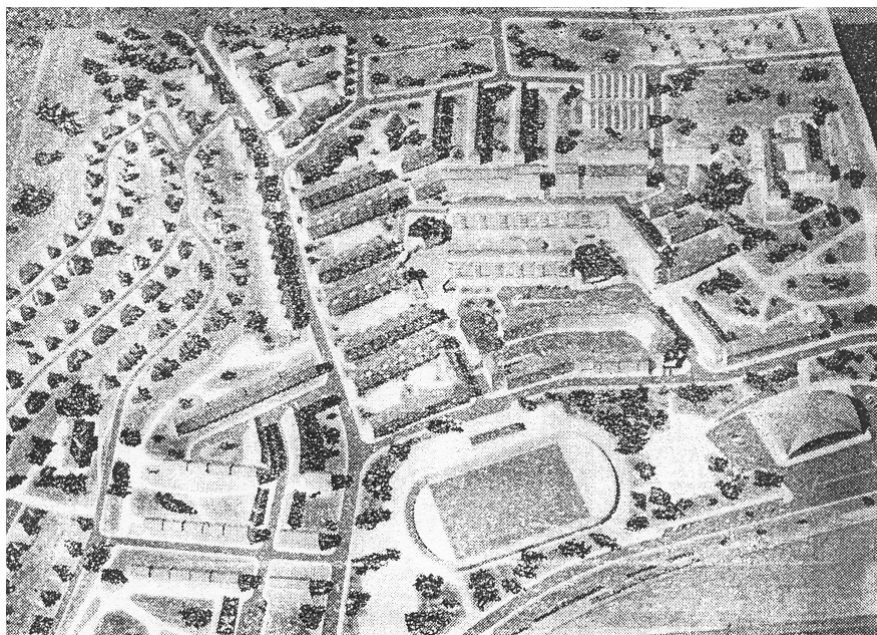


Ilustração 2.-Fotografia de uma maqueta do Plano da Reboleira Norte. (Fonte: MARTINHO, Artur Simões. – O concelho da Amadora: pequena história de uma longa caminhada que chega ao fim, Amadora: Câmara Municipal da Amadora, p. VI).

No *grand ensemble* da Reboleira Sul apenas duas tipologias de apartamento eram oferecidas: a T0 e a T1.¹⁰ Os apartamentos T0 incluíam casa de banho, sala-quarto e *kitchenette*. Já os do tipo T1 apresentavam um quarto de dormir. Ambos ofereciam áreas muito reduzidas. Eram vendidos e alugados já mobilados e equipados, constituindo, no começo da década de 1970, um destino residencial para jovens casais de origem popular.

No espaço de duas décadas, entre 1960 e 1981, a Reboleira passou a alojar cerca de 16 300 habitantes, isto num território que não chega a um quilómetro quadrado! À elevadíssima densidade de ocupação vai corresponder um elevado grau de segregação funcional, decorrente de um uso do solo quase exclusivamente habitacional.

Um território suburbano em transformação

A ocupação pioneira do território da Reboleira realizou-se em condições urbanísticas que conduziram à rápida degradação. Por um lado, devido aos atrasos nos trabalhos relativos aos espaços exteriores: ruas e pavimentos, jardins e estacionamentos – o que num conjunto urbano do tipo *grand ensemble* se traduz numa grave precarização dos espaços públicos. Por outro lado, devido às duras

¹⁰ Informações recolhidas nos Processos de Obra, Arquivo da Sala de Desenho, Câmara Municipal da Amadora.



Ilustração 3.- Vista da zona norte da Reboleira, tal como veio a ser edificada. (Fonte: MARTINHO, Artur Simões. – O concelho da Amadora: pequena história de uma longa caminhada que chega ao fim, Amadora: Câmara Municipal da Amadora, p. VII).

condições de mobilidade quotidiana. O apeadeiro de caminho de ferro não foi tornado operacional, condicionando a população residente a deslocar-se em autocarro ou a pé para as estações vizinhas.¹¹

Todavia, a condição periférica degradada de certos territórios na Metrópole de Lisboa tem vindo a alterar-se. Desde meados dos anos de 1980 que se verifica uma intensificação do investimento público em domínios como o saneamento básico, as infra-estruturas de transporte e comunicação ou a habitação e os equipamentos sociais e culturais¹².

Na Reboleira, os arranjos relativos aos espaços públicos foram sendo progressivamente realizados pelo Município que criou jardins no interior do grande conjunto. Em 1994 foi finalmente inaugurada a estação de Caminho de

¹¹ Informação obtida através de entrevistas com habitantes pioneiros da Reboleira Sul.

¹² Cf. MATIAS FERREIRA, Vítor *et al.* – *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Lisboa: Bizâncio, p. 111.

Ferro da Reboleira, uma alteração muito significativa na oferta de transportes e com fortes repercussões na inserção metropolitana do grande conjunto habitacional.

Já à escala do concelho, o município da Amadora tem vindo a procurar sobretudo a criação de equipamentos de orientação cívica. É por exemplo o caso do projecto das novas instalações da sede do Município e das instituições judiciais, cuja intenção é a de criar uma nova centralidade. Tal projecto articula-se com a abertura de uma estação de metropolitano na Falagueira (em Junho de 2004). Em conjunto, trata-se de um reforço da integração do território da Amadora no denso corredor de expansão Lisboa-Amadora-Queluz-Sintra.

Da escala local à escala da metrópole

Estas acções de re-qualificação dos espaços exteriores cruzam-se hoje com processos de des-industrialização que ocorrem em várias zonas da metrópole de Lisboa.¹³ É o caso da saída de uma série de empresas que se haviam instalado na Amadora nas décadas do arranque metropolitano: nos anos 40, 50 e 60 do século XX – quando os custos dos terrenos para a localização industrial eram reduzidos e acompanhados por condições de transporte rodo e ferroviárias atractivas.¹⁴

Ora, estas mudanças socio-territoriais remetem para novas formas de interdependência entre a transformação metropolitana e processos de reclassificação urbana, tanto à escala *intra* como à escala *intermetropolitana*. Se no eixo Lisboa-Amadora, o processo de requalificação urbana passa pela centralidade local e pela valorização das condições de vida da população residente, rodando a perspectiva para o eixo de centralidade metropolitana que vai de Lisboa a Cascais passando por Oeiras, deve destacar-se, neste último concelho, a recente localização de pólos universitários, de parques tecnológicos e empresariais, de estruturas empresariais de *back-office* e de centros comerciais que valorizam esta zona como destino profissional mas também residencial. De resto, transformações concomitantes com um processo de re-qualificação visível nos centros históricos das vilas de Oeiras e de Paço de Arcos.

Em jeito de conclusão: processos de classificação, desclassificação e reclassificação urbana

Os subúrbios são hoje dos lugares onde as questões da integração e da coesão das metrópoles mais se colocam. Isto porque estão colocados na posição-chave de produção e de reprodução de desigualdades sociais, como sublinha M. Bassand¹⁵. Mas também porque constituem contextos nos quais diversos actores metropolitanos articulam identidades e pertenças, as quais medeiam a relação diferenciada dos cidadãos face às metrópoles. Neste sentido, os territórios

¹³ Cf. BARATA SALGUEIRO, Teresa. – *Lisboa, Periferia e Centralidades*, Oeiras: Celta, 2001, pp. 144-149.

¹⁴ Cf. Câmara Municipal da Amadora. – *Plano Director do Município. Dossier B. Caracterização de Nível Municipal*, Amadora: CMA, 1991.

¹⁵ BASSAND, M. - *Op. cit.*, p. 77.

suburbanos revelam tensões e conflitos, evidenciam os problemas e as limitações concretas que se apresentam ao governo das metrópoles e às suas instituições democráticas.

No caso concreto de Lisboa e da sua área metropolitana, a especificidade periférica consubstanciou-se na ausência, ao longo da segunda metade do século XX, de iniciativa pública norteadora, capaz de impôr regras de actuação claras, o que num grau relativo houve na cidade-capital, e que contribuiu para a identificação da envolvente urbana como zona de construção massificada, desclassificada, vista como indiferenciada. A suburbanização torna-se uma questão social e economicamente relevante nas últimas décadas do século XX em Portugal.

Ora, é nesse âmbito que as tentativas de reclassificação urbana emergem, promovendo os governos locais, e o próprio governo central, políticas de readaptação socio-urbanística. Dois exemplos na metrópole de Lisboa: o caso da Amadora, onde se insere a Reboleira, é um caso da busca de uma centralidade local, recorrendo à reconversão do tecido habitacional e dinamizando a pluralidade das populações actualmente residentes. No caso de Oeiras, a dimensão é outra. Busca-se um lugar de relevo na metrópole e no país, definindo os antigos lugares centrais no sentido de lhes dar usos lúdicos, valorizando a sua oferta residencial e empresarial, orientando-a para o plano de competição internacional.

As dinâmicas de reclassificação urbana estão hoje mais presentes na metrópole de Lisboa, ainda que se revelem muito insuficientes para fazer face a décadas de urbanização desclassificadora, em que se destruíram valores paisagísticos, estéticos e urbanos que importa reinventar.

Bibliografia

BARATA SALGUEIRO, Teresa. – *Lisboa, Periferia e Centralidades*, Oeiras: Celta, 2001

BASSAND, Michel. *Métropolisation et Inégalités Sociales*, Lausanne: Presses Universitaires et Polytechniques Romandes, 1997.

BORJA, J. e CASTELLS, M. *Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información*, Madrid, Taurus, 1997

FISHMAN, Robert. “Bourgeois Utopias: Visions of Suburbia” in FAINSTEIN, S. e CAMPBELL, S., *Readings in Urban Theory*, Oxford: Blackwell Publishers, 1996, pp. 23-60.

MARTINHO, Artur Simões. *O concelho da Amadora: pequena história de uma longa caminhada que chega ao fim*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

MARTINOTTI, Guido. “The new social morphology of cities”, *MOST-UNESCO Discussion Paper Series*, 1996, n° 16, Paris.

MATIAS FERREIRA, Vítor (et al.). *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Lisboa: Bizâncio.

SASSEN, Saskia. *Global Cities*, Princeton: Princeton University Press, 1991.

TOPALOV, Ch. “De la «question sociale» aux «problèmes urbains»: les réformateurs et le peuple des métropoles au tournant du XXeme siècle”, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Agosto de 1990, n.º 125, pp. 359-376.

Outras Fontes

Câmara Municipal da Amadora. *Plano Director do Município. Dossier B. Caracterização de Nível Municipal*, Amadora: CMA, 1991.

Processo de Loteamento n° 4/60, Arquivo da Sala de Desenho da Câmara Municipal da Amadora.

Processo de Loteamento n° 659/66, Arquivo da Sala de Desenho da Câmara Municipal da Amadora.

